



Durão Barroso propõe a criação de impostos genuinamente europeus

SEBASTIEN PROJEZ/REUTERS

QREN. 15 mil milhões de euros à espera de Portugal

Governo pode aplicar
fundos europeus na
criação de emprego

●●● Portugal ainda tem 15,3 mil milhões de euros disponíveis nos fundos europeus para injectar na economia nacional. Dos 21,5 mil milhões negociados com a União Europeia no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, o país mobilizou cerca de 6,2 mil milhões em despesa efectiva – apesar dos montantes comprometidos serem superiores.

Até 2013, Portugal tem de adjudicar contratos e utilizar o dinheiro nos dois anos seguintes. O governo e a Comissão Europeia estão já a negociar a reprogramação dos fundos estruturais após Durão Barroso ter anunciado, na véspera do Conselho Europeu da semana passada, que Bruxelas iria flexibilizar a libertação dos fundos para ajudar países que, como Portugal e Grécia, estão em dificuldades financeiras. Esses fundos podem agora ser dirigidos para “estimular o crescimento económico e criação de emprego”.

As despesas efectivas dos fundos da UE dependem do cumprimento de um regulamento financeiro e respectivas normas de execução. As regras definem que os projectos financiados com dinheiros europeus envolvem participação nacional – e o país não tem capital para investir. Porém, com as decisões do último Conselho Europeu, a Comissão ficou com maior margem de manobra para libertar os fundos. A percentagem variável do co-financiamento nacional mantém-se, mas o respectivo pagamento pode ser realizado num prazo mais alargado (período de deferimento) sem que seja necessário rever a legislação actual – que demoraria pelo menos dois anos –, como o i noticiou no sábado.

Na Grécia, que tem uma fraca capacidade de absorção dos fundos europeus, a Comissão propõe reforçar o financiamento dos fundos de 80 para 85%. Atenas pode receber assim uma ajuda adicional de mil milhões de euros: a crise em Atenas acabou por criar uma oportunidade para Lisboa. C. F.M.

UE 2014-2020. Barroso quer taxar transacções financeiras e criar eurobonds para infra-estruturas

Comissão pretende mais “recursos próprios” no orçamento comunitário de 2014-2020 para aliviar contribuições nacionais

CARLOS FERREIRA MADEIRA
carlos.madeira@ionline.pt

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, lança hoje em Bruxelas a sua proposta de orçamento plurianual 2014-2020 da União Europeia. É o início de uma guerra política que será travada entre os Estados-Membros nos próximos dois anos e meio. A Comissão pretende diversificar as suas “fontes de financiamento próprias” e avança com propostas fracturantes, como a criação de “impostos genuinamente europeus”.

Em cima da mesa estão seis opções. Uma delas é a introdução do “IVA europeu (1%) que renderia 41 mil milhões de euros por ano”. A medida iria substituir “a percentagem aplicável às receitas do IVA harmonizado de cada Estado-Membro” que segue para Bruxelas e rende 14 mil milhões de euros anuais. Outra opção é lançar um imposto europeu sobre actividades e transacções financeiras (entre 0,001 e 0,005%), uma espécie de taxa Tobin. A UE pode também arrecadar receitas nos leilões de licenças de emissão de CO₂, ou lançar taxas sobre o transporte aéreo ou a energia. Criar um impos-

to europeu sobre as sociedades é outra das hipóteses. O financiamento alternativo, “ou recursos próprios”, permitiria diminuir as contribuições nacionais para o orçamento comunitário – que deverá manter-se nos 1000 biliões de euros a sete anos apesar de o Parlamento Europeu pretender um aumento de 5%.

Os recursos próprios da UE são hoje de três tipos: taxas alfandegárias sobre importações com origem em países terceiros (12%), uma percentagem uniforme aplicável às receitas dos IVA nacionais (11%) e outra percentagem aplicada ao rendimento nacional bruto de cada país (76%).

A estrutura de financiamento europeia “precisa de flexibilidade”, avisa a Comissão, para “atacar as prioridades”. É porque a UE depende em 85% dos financiamentos nacionais, a lógica dos “mecanismos de correcção” – através dos quais países como o Reino Unido ou a Holanda beneficiam de descontos nas suas contribuições comunitárias – tende a ser cada vez mais reforçada.

A proposta da Comissão sublinha o “valor acrescentado” criado com os investimentos da UE que servem 500 milhões de cidadãos numa estratégia de “cresci-

mento inteligente, sustentável e inclusivo”. Com a concretização de cinco objectivos, a Comissão estima que o PIB europeu aumente 4% e que sejam criados 5,6 milhões de novos empregos até 2020. O que passa por aumentar a taxa de emprego europeia para 75%; investir 3% do PIB europeu em investigação e desenvolvimento; reduzir as emissões de CO₂ em 20%; aumentar a quota de energias renováveis e a eficiência energética em 20%; reduzir a taxa de abandono escolar em 10% e conseguir que 40% da população com mais de 30 anos tenha o ensino secundário completo.

A Política Agrícola Comum absorve 41% do total das despesas europeias, as políticas de coesão são responsáveis por 36%. O custo da administração europeia equivale a 6% do total. A UE não tem dívida nem défice, mas precisa de financiar grandes projectos. Por isso, a Comissão propõe criar títulos de dívida europeus para financiar projectos de infra-estruturas transfronteiriços: “A UE poderia garantir as obrigações (EU project bonds) emitidas pelo Banco Europeu de Investimento; ou criar outro fundo de garantia no orçamento comunitário”.